

## Economia



FORA DA BOLSA  
Ações da Cielo sobem 3,98%

Banco do Brasil e Bradesco resolveram fechar capital da empresa de maquinários



PARA  
ACessar  
ARQUIVO  
O conteúdo  
do site

## FAZENDA X CÂMARA

## QUEDA DE BRAÇO

Receita vai investigar indício de irregularidade em incentivo a eventos, defendido por Lira

ALVARO GRIEHL, VICTÓRIA ABEL, GERALDO DOCA, RENAN MONTENEGRO, ANA FLÁVIA PILAR, E VINÍCIUS NEDRA, economia@globomg.com.br

O Ministério da Fazenda avisa que o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) teria aberto margem para lavagem de dinheiro, superfaturamento e atividades ilícitas, segundo integrantes da pasta. Os indícios no programa de incentivo ao setor de eventos estão sendo investigados pela Receita Federal e foram relatados pelo ministro Fernando Haddad a lideranças do Congresso e empresários. As suspeitas da pasta podem azedar ainda mais a relação com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que defende o programa.

Uma reunião com deputados para tratar do programa foi marcada para hoje na Fazenda. Medida provisória (MP) editada no fim do ano passado prevê a revogação do programa e enfrenta resistências no Congresso. A proposta, que também prevê a reoneração gradual de 17 setores da economia que empregam 9 milhões de pessoas, seria o principal assunto de uma reunião ontem entre Haddad e lideranças da Câmara.

O encontro foi cancelado diante do mal-estar com declarações de Lira na véspera, na abertura do Ano Legislativo — ele cobrou o cumprimento de acordos com o Planalto e disse que deputados e senadores não foram eleitos para carimbar decisões do Executivo.

## PROJETO PARA REONERAÇÃO

Haddad disse que não foi ele que cancelou a reunião, e apenas foi informado pelo líder do governo José Guimarães (PT-CE). Integrantes da pasta disseram nos bastidores que partiu do ministro a iniciativa de suspender o encontro, diante do "clima" com declarações de Lira. A ideia é deitar a reunião para depois do carnaval. Líderes da Câmara, no en-



Cinelo. Fala de Lira sobre Orçamento afetou reunião da Fazenda com deputados



Projeto de lei. Haddad disse que vai levar a Lira decisão sobre reoneração

tanto, dizem que foram eles que pediram o adiamento. — Pedimos o adiamento da reunião para evitar mais ruídos — disse o líder do PP, Doutor Luizinho (RJ).

Haddad se reuniu apenas com senadores. Após o encontro, disse que levará a Lira a proposta de apresentar um projeto de lei para discutir a reoneração da folha de forma separada da MP do Perse. E disse acreditar que a decisão sobre o formato da discussão será tomada nesta semana.

— Vamos levar ao presidente toda a argumentação sobre forma e conteúdo.

Criado durante a pandemia para socorrer setores gravemente afetados pelo isolamento social, como os de bares, restaurantes e shows, o Perse acabou sendo prorrogado, em maio do ano passado, até 2026, por decisão do Congresso. A MP estabelece que o programa acabará assim que os recursos de R\$ 20 bilhões

## O que é e como funciona o Perse

> O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) foi criado em 2021 para auxiliar as empresas do setor prejudicadas pela pandemia de Covid-19.

> Entre as áreas beneficiadas estão hotéis, buffets, casas de festas e eventos, produção teatral, produção musical, restaurantes, bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, parques de diversão e parques temáticos, entre outros.

> O programa oferecia benefícios fiscais como alíquota zero de impostos federais e parcelamento de débitos com redução de

até 100% de juros e multas. Os benefícios foram prorrogados em 2023 por mais cinco anos.

> A prorrogação seria limitada a R\$ 4 bilhões ao ano de renúncia fiscal. O Ministério da Fazenda, no entanto, afirma que a renúncia supera R\$ 17 bilhões.

> No ano passado, uma medida provisória determinou mudanças tributárias a serem realizadas gradualmente nos próximos dois anos. A maior parte dos impostos (CSLL e PIS/Cofins) voltarão a ser pagos a partir de 1º de abril de 2024. A cobrança plena de tributos será retomada a partir de 2025.

previstos chegarem ao fim.

Numa reunião com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Haddad contou que as declarações já estariam indicando o custo de quase R\$ 17 bilhões e que a projeção indicava um rombo de até R\$ 100 bilhões se nada for corrigido.

— Em momento algum ele levantou a hipótese de estar havendo fraude no nosso setor — disse o presidente da Abrasel, Paulo Solimucci.

Líderes da Câmara que participam das discussões pedem à Fazenda mais detalhes. O deputado Felipe Carreras (PSB-PE), autor do projeto que criou o Perse, disse que não conseguia entender o tamanho da renúncia de R\$ 17 bilhões.

— Se alguém teve o benefício sem ter o direito, a culpa não é do programa nem do Parlamento nem dos setores no eixo do Perse. É preciso negociar e fazer ajustes.

Na segunda-feira, na cer-

mônia que marcou a abertura dos trabalhos no Congresso, Lira citou o Perse como uma "conquista".

— Conquistas como a desoneração (da folha) e o Perse, essenciais para que milhões de empregos de um setor devastado pela pandemia se sustentem, não podem retroceder sem ampla discussão com este Parlamento — disse Lira.

## RELAÇÃO COM CONGRESSO

Na manhã de ontem, Haddad falou sobre o programa, em evento em São Paulo.

— O Perse foi um programa que era para ser acabado. E nós avisamos o Congresso: isso vai custar mais de R\$ 20 bilhões. E o Congresso estava convencido de que custaria R\$ 4 bilhões. Bom, custou R\$ 17 bilhões, segundo o informe do contribuinte. Mas isso não contempla aqueles que não declararam.

Cálculos da Confederação Nacional do Comércio (CNC) estimam que o fim do programa tiraria R\$ 244 bilhões da economia. O estudo foi apresentado em reunião do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade da CNC.

Lucas Cusinato, advogado da Associação Brasileira de Eventos (Abrafesta), ressalta que a entidade aposta nas negociações com o Congresso para barrar a MP e a opção por recorrer ao Judiciário apenas como "último recurso".

Em evento do mercado on-line, Haddad ressaltou a importância da colaboração do Congresso para a aprovação das medidas de ajuste fiscal.

— O mérito da Fazenda no ano passado foi ter tido a delicadeza, a paciência e o tempo para discutir projeto por projeto com todos os líderes do Congresso. É uma demonstração de que o Congresso está aberto a nos ouvir, o que é muita coisa. A natureza da nossa crise dos últimos dez anos foi mais política do que econômica. Em uma espécie de sabotagem mútua, né? Todo esforço que estamos fazendo é para os Três Poderes se entenderem.

## Parlamentares cobram devolução da MP da reoneração

Manifesto de 14 frentes que reúnem deputados e senadores é dirigido a Lira e Pacheco e cita desrespeito a decisões do Congresso

Um manifesto divulgado ontem por 14 frentes parlamentares ligadas ao setor produtivo pede a devolução ao governo da medida provisória (MP) que reneira a folha de pagamento de 17 setores da economia intensivos em mão de obra. O documento é dirigido aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A devolução de uma MP significa, na prática, que a medida perde a validade. O manifesto classifica a MP como "autoritária e antidemocrática" e fala em desrespeito às decisões

do Congresso.

Entre outros pontos, a MP reverte a prorrogação, até 2027, da desoneração dos setores mais intensivos em mão de obra do país. A medida havia sido promulgada pelo Congresso com amplo apoio, após a rejeição de veto do presidente Lula à proposta. A MP tem validade imediata, mas precisa ser analisada pelo Congresso.

## INCONSTITUCIONALIDADE

O manifesto destaca que a prorrogação da desoneração foi aprovada após pouco mais de 8 meses de tramitação, in-

clusive em regime de urgência, com "inúmeras" discussões entre parlamentares, sociedade civil e negociações com o governo. O documento lembra que, mesmo após as negociações dentro do Congresso e apoio da base, o projeto foi integralmente vetado pelo governo quando remetido à sanção. O veto foi derrubado e a lei foi promulgada em 27 de dezembro de 2023.

"No dia seguinte, de forma autoritária e antidemocrática e em total desrespeito ao Congresso Nacional, aos pagadores de impostos, aos meses de

trabalho realizados, aos empregados que possuem sua folha desonorada e, por fim, à Constituição; o governo federal publicou a Medida Provisória nº 1202, de 28/12/2023, que revogou a Lei recém-promulgada e propôs a reoneração da folha de pagamentos; além de reduzir os benefícios do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e limitar a compensação de créditos tributários decorrentes de decisão judicial", afirma o documento.

As frentes parlamentares dizem que a MP é inconstitucional por dois motivos. Primeiro por "estarem ausentes os pressupostos de relevância e urgência, vez que versa sobre matérias recém-deliberadas por ambas as casas do Congresso Nacional". E, segundo, por emenda da Reforma Tributária, aprovada em 2023, que determina ao Executivo encaminhar ao Congresso um projeto de lei para reformar a tributação da folha e salários.

A desoneração permite substituir a contribuição previdenciária — de 20% sobre os salários — por uma alíquota sobre a receita bruta do em-

preendimento, que varia de 1% a 5%, de acordo com o setor e o serviço prestado.

O manifesto também trata da portaria do Ministério do Trabalho que dificultou o trabalho no comércio durante os feriados, condicionando seu funcionamento à celebração de convenção coletiva de trabalho com o sindicato dos trabalhadores da categoria. O texto defende a aprovação de projeto de decreto legislativo para sustar a portaria.

O manifesto trata da regulamentação da Reforma Tributária. O pleito é para que membros do Legislativo e sociedade civil participem do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo, instituído pela Fazenda, com duração de 60 dias.